

## RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: O POSICIONAMENTO DAS IGREJAS CRISTÃS PROTESTANTES EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DOS NEGROS NO BRASIL

Jurandir de Almeida Araújo<sup>1</sup>  
 Deyse Luciano de Jesus Santos<sup>2</sup>

### Resumo:

O presente artigo tem como objetivo tecer uma análise teórico-crítica acerca do posicionamento das Igrejas Cristãs Protestantes em relação às questões do negro no país e como a escola pode contribuir com a desconstrução de uma sociedade racista. Parte-se da premissa de que essas igrejas têm se mostrado omissas e silenciosas no que se refere ao lugar marginal em que a população negra ocupa na sociedade brasileira desde o período escravista. E, também, que lidar com a história e cultura africana, no currículo e cotidiano escolar, tem sido cada vez mais difícil devido à problemática questão religiosa presente no espaço educacional.

**Palavras-chave:** Igrejas Evangélicas. Negros. Omissão. Silenciamento. Educação.

### 1 INTRODUÇÃO

As igrejas cristãs protestantes, popularmente denominadas de igrejas evangélicas, desde que foram introduzidas na sociedade brasileira, têm se mostrado incessíveis, omissas e silenciosas no que se refere às questões das relações étnico-raciais no país, isto é, no que diz respeito ao lugar marginal em que a população negra se encontra na sociedade brasileira desde o período escravista. Segundo argumenta Alcântara (2011, p.87), essas igrejas, “tanto históricas quanto pentecostais, contribuíram para que a situação de discriminação e marginalização dos negros no Brasil fosse por tanto tempo perpetuadas”.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo tecer uma análise teórico-crítica acerca do posicionamento das Igrejas Cristãs Protestantes em relação às questões do negro no país e como a escola pode contribuir com a desconstrução de uma sociedade racista. O texto toma como base, para tal análise, os estudos teóricos de autores como: Branchini (2008), Alcântara (2011), Frizotti (1998), Silva

1 Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, Salvador. Professor da Fundação Visconde de Cairu em Salvador, BA, Brasil E-mail: [juran-araujo@hotmail.com](mailto:juran-araujo@hotmail.com)

2 Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, Salvador. Professora da Rede Estadual da Bahia, da Faculdade Maurício de Nassau e da UNIME, Salvador, BA, Brasil E-mail: [deyse10luciano@gmail.com](mailto:deyse10luciano@gmail.com)

(2011) e CICM (1998), os quais discorrem sobre como as igrejas cristãs protestantes têm se posicionado, ao longo da história, acerca das questões étnico-raciais; Santos (2012a, 2012b) e Martins (2008) que abordam a questão educacional neste contexto, entre outros autores que corroboram com a discussão em questão.

Parte-se da compreensão que se trata de uma discussão que, devido à problemática em torno das culturas de matrizes africanas, tecidas e resistidas nos terreiros de candomblé, reflete a dificuldade e resistência dos cristãos em lidar com as questões étnico-raciais nos espaços de educação, não apenas nas escolas confessionais, mas também nas escolas não confessionais e em todos os espaços que estes se façam presentes. Também da premissa de que lidar com a história e cultura africana e afro-brasileira no currículo e cotidiano escolar tem sido cada vez mais difícil devido à problemática questão religiosa presente no espaço educacional. Dificuldade e resistência que tem se constituído em um empecilho para a inclusão, valorização e respeito à História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígenas no currículo e no cotidiano das salas de aulas das escolas brasileiras, como orienta a Lei 10.639/03<sup>3</sup> e a Lei 11.645/08<sup>4</sup>.

Cabe destacar, no entanto, que não é a nossa intenção aqui apontar culpados pelos estigmas e as situações desiguais em que se encontra a população negra no país desde o período escravista. A nossa pretensão é trazer novas reflexões críticas que ampliem o debate sobre como as igrejas evangélicas têm se posicionado diante a situação marginal do negro no Brasil ao longo da história. Como sinalizado no primeiro parágrafo e veremos no decorrer deste estudo, tais igrejas, desde a sua implantação na sociedade brasileira, têm contribuído para a discriminação e marginalização da população negra no país. É nossa pretensão também discutir criticamente acerca da resistência dos cristãos evangélicos em lidar com a história e cultura africana e afro-brasileira dentro dos espaços educacionais, sejam eles confessionais ou não confessionais.

Contudo, antes de adentrarmos a discussão central deste estudo, é importante ressaltar que, desde a década de 1970, militantes negros/as

---

<sup>3</sup> A Lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade da inclusão da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo das escolas, públicas e privadas, do ensino fundamental e médio do país.

<sup>4</sup> A Lei 11.645/08 complementa a Lei 10.639/03 estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas nas escolas do ensino básico.

evangélicos/as têm se movimentado em grupos organizados para discutir sobre as desigualdades étnico-raciais no Brasil. Preocupados com o lugar marginal que a população negra se encontra na sociedade brasileira, em particular com o silenciamento e omissão das igrejas cristãs para com as questões dos negros no país, têm cobrado que estas se posicionem a respeito de questões como racismo, escravidão, segregação, preconceito, discriminação racial, entre outras.

No seu movimentar, os/as militantes negros/as evangélicos/as também reivindicam que as igrejas cristãs protestantes adotem medidas de ações afirmativas dentro dos seus templos, escolas e faculdades, a exemplo de bolsas de estudos para estudantes negros/as. Promovendo, dessa forma, a igualdade de direitos e de oportunidades, pois só assim a igualdade cristã efetivar-se-á de fato dentro das igrejas cristãs protestantes e nas suas instituições de ensino. Movimentar esse que se constitui, hoje, num Movimento Negro Evangélico consolidado no país. E, assim como o Movimento Negro tradicional, busca a desconstrução do Mito da Democracia Racial na sociedade brasileira e, em particular, dentro das igrejas evangélicas.

## **2 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NAS IGREJAS CRISTÃS PROTESTANTES**

É sabido que a prática do preconceito e discriminação do negro e de tudo que diz respeito a sua cultura chega também ao Brasil por meio dos protestantes norte-americanos que vieram do sul dos Estados Unidos. Por ser essa uma área de grande concentração de negros que durante o processo de colonização serviram como mão de obra escravizada nas lavouras, assim como ocorreu no Brasil, muitos desses líderes já tinham, por prática, a segregação racial. Lidar, então, com essa questão, na América do Sul, não seria problema algum. Também tem o fato de que os primeiros grupos missionários, que aqui aportaram, estiveram mais próximos da elite intelectual brasileira e, desta forma, as primeiras igrejas protestantes tinham uma configuração muito mais branca e mestiça do que de fato negra.

O protestantismo de missão chega ao Brasil a partir de 1835 e a primeira igreja protestante a se instalar no país, mais precisamente no Rio de Janeiro, foi a Igreja Metodista Episcopal dos Estados Unidos. No entanto, por falta de investimento financeiro, em 1841, interrompeu-se essa primeira investida. A segunda, tem início com o retorno da igreja Metodista na figura do Pastor presbiteriano, que na época também era secretário da embaixada americana no Rio

de Janeiro, James C, Fletcher. Segundo Émile Léonard (em artigos datados de 1954) no livro *Protestantismo e História*, compilado por Carvalho (2013), naquele momento, os brasileiros que acolheram e se converteram a nova fé faziam parte da elite letrada brasileira, pois havia uma grande complexidade na proposta eclesiástica presbiteriana, o que acabou por afastar os sujeitos menos favorecidos.

Foi, então, no século XIX, o momento do protestantismo missionário de conversão no Brasil, que se inicia com a chegada da Igreja Anglicana no Rio de Janeiro, seguida da Evangélica Congregacional do Brasil, em 1858, e estende-se por todo o país por meio de outras denominações. Dentro desse contexto, a igreja Batista, implantada em Salvador em 1882, vai se destacar por introduzir o leigo na sua formação. Assim, diferente das demais denominações, que só tinham pastores estrangeiros, a igreja Batista vai investir nos líderes nativos, o que vai lhe gerar um grande crescimento e aos poucos torna-se cada vez mais negra e mestiça.

Dreher (1999) afirma que as igrejas missionárias chegam ao Brasil sem povo e aos poucos vão conquistando seus fiéis, mas será de fato com o pentecostalismo que a conversão da massa passa a ocorrer em grande escala. Vale ressaltar que o pentecostalismo surge no interior de uma igreja Batista no início do século XIX, em Los Angeles, quando William Seymour passou a pregar a partir do fenômeno da Glossolalia. A esse respeito, Oliveira (2004, p. 28) observa que:

Um negro começava a apresentar ensinamentos estranhos, tendo como único alicerce sua própria experiência. Aquela doutrina possibilitava a todas as pessoas, inclusive das classes socialmente menos favorecidas, a liberdade de ação e culto, livre da institucionalização das igrejas históricas.

Trata-se, no entanto, de um movimento popular com uma doutrina que acompanhava o estilo de vida e o cotidiano dos sujeitos socialmente menos favorecidos. O que não deixa dúvida ao nos depararmos com os dados do IBGE de 2010, que apresenta um número expressivo de cristãos afro-brasileiros que frequenta as igrejas evangélicas pentecostais. Contudo, considerando que a questão étnico-racial independe da religiosidade, o racismo, o preconceito e a discriminação racial se fazem presentes nos mais diversos e diferentes espaços de socialização.

Nessa perspectiva, pode-se asseverar que as igrejas evangélicas tenham acolhido os negros dentro dos seus espaços. Todavia, essas, no passado mostraram-se coniventes com o sistema escravista e, nos dias atuais, em sua maioria, além de demonizar a cultura negra, se negam a discutir questões tão caras

a população negra, a exemplo do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos espaços educacionais confessionais e não confessionais. Diante da consolidação do Movimento Negro Evangélico, questões como segregação racial, racismo, preconceito, discriminação, negritude, ações afirmativas, entre outras, têm sido os principais pontos de pauta dentro desse movimento, e, inclusive, discutidos no interior de algumas igrejas evangélicas, a exemplo da Igreja Metodista e outras.

A recusa da maioria das igrejas cristãs protestantes em discutir sobre as questões dos negros, certamente, perpassa pela construção histórica da demonização das Culturas Africanas e Afro-brasileiras, uma vez que, para a maioria dos cristãos protestantes, as religiões de matrizes africanas são cultos demoníacos. Essas religiões de matrizes africanas, portanto merecem descrédito e devem ser combatidas a todo custo. Essa visão negativa da religiosidade dos povos negros africanos e dos afro-brasileiros, que foi construída desde os primórdios da colonização do Brasil pelos jesuítas, posteriormente, foi postergada com a chegada do protestantismo no país.

Para Alcântara e Silva (2008, p. 47), diante do constrangimento e da impossibilidade de respostas, as igrejas evangélicas fogem “como o diabo foge da cruz” de temas polêmicos que demandem o mínimo de reflexão, tendo sempre a manter “uma postura fundamentalista e dogmática de tudo”, tanto no que se refere à questão racial quanto a outras questões “como a sexualidade, o sexo, os desejos, atração e o prazer”. Na mesma direção, Pereira (2010, p. 108) pondera que:

Falar sobre segregação racial, racismo e preconceito nas igrejas sempre foi um tabu. Aparentemente, mexer nessas questões é como tocar alguns ferimentos mal cicatrizados, certas mazelas que insistem em incomodar a igreja brasileira. Por isso, ainda hoje, as igrejas cultivam o mito da igualdade racial.

Mito esse ainda muito presente no imaginário popular brasileiro. Mesmo o Estado brasileiro reconhecendo a existência do racismo e da discriminação racial no país, e, dessa forma, implementando algumas políticas de promoção da igualdade racial, isto é, políticas de ações afirmativas, muitos ainda são os brasileiros que defendem que não existe racismo no Brasil, mas sim preconceito social de classe.

Do ponto de vista de Sansone (2003, p. 20), o cultivo do mito da democracia racial constitui-se numa cegueira formal para a cor da pele na sociedade brasileira. E, apesar de imposto de cima para baixo, tem sido mais poderoso do que se possa imaginar, haja vista que nos próprios grupos ditos inferiores, “a maioria das pessoas

sonha com uma sociedade que não enxergue a cor”. Observa-se ainda que no interior das igrejas evangélicas, o Mito da Democracia Racial encontra outro grande aliado, o Mito da Igualdade Cristã, em que se acredita que as relações sociais entre os fiéis nos templos de orações ocorrem de forma igualitária, ou seja, não existe distinção entre irmãos da mesma fé.

Segundo Branchini (2008, p. 161):

O Mito da Igualdade Cristã, enquanto uma concepção, não aponta para os fatos da realidade, ao contrário impede o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos fiéis sobre as relações raciais internas ao contexto metodista. Neste sentido, qualquer sinalização contrária pode significar ameaça à fé, ou seja, o caos.

Corroborando com as ponderações de Sansone (2003) e de Branchini (2008), Pereira (2010, p. 109) é categórico ao afirmar que:

Essa postura da igreja, que age como se de fato vivêssemos em harmonia e que dentro da igreja a desigualdade racial desaparece, revela a face de um preconceito racial mascarado. Embora as igrejas pentecostais abram espaços para os negros, não se pode observar negros em grandes cargos de liderança entre os pentecostais.

O que nos aponta para um terceiro mito, o da Irmandade Cristã, que parte do princípio de que todos são irmãos na fé em Cristo e, por isso, o tratamento que é dispensado a um é igualmente dispensado a todos. Pensamento esse um tanto que contraditório, haja vista, assim como nas igrejas pentecostais, como observa Pereira (2010), na citação acima, raramente são vistos negros em grandes cargos de liderança nas outras igrejas cristãs protestantes.

Contudo, entendemos e compartilhamos do pensamento de Pereira (2010) que a falta de interesse das igrejas cristãs protestantes para com a questão dos negros no país, isto é, o silêncio e a omissão acerca do lugar marginal que estes encontram-se na sociedade brasileira, revela um posicionamento oriundo,

dos protestantes europeus e norte-americanos, que durante o processo de escravidão brasileira foram coniventes com políticas e práticas sociais discriminatórias, opostas ao discurso cristão de igualdade dos homens perante Deus (PEREIRA, 2010, p. 109).

É preciso, apesar disso, entender que, assim como os outros cidadãos brasileiros, das mais variadas confissões de fé aqui presentes, os evangélicos também são frutos de uma educação em prol de uma sociedade racista e preconceituosa. Além disso, a negação e demonização das culturas dos povos africanos e indígenas no Brasil, sempre estiveram presentes no discurso das igrejas

de matriz cristã. Assim sendo, deixamos para a reflexão do leitor o seguinte questionamento: Como não ter essa visão e postura diante de toda essa errônea construção acerca da história e cultura africana e afro-brasileira?

De fato, a compreensão da maior parte dos fiéis evangélicos a respeito da questão racial no Brasil, vem sendo a mesma de boa parte da população, isto é, de que no Brasil não há preconceito de cor, mas de classe social. Santos (2012a) ao questionar fiéis assembleianos a respeito do preconceito racial no interior de suas igrejas, alguns afirmaram:

Discriminação em relação à questão de cor, não. Mas tem que estar bem arrumado, hoje em dia não repara muito nisso, mas em como está vestido. A maioria das pessoas da igreja são negras. Se você não está bem vestido, mesmo com muito tempo dentro da igreja, você não vai lá na frente nem cantar, principalmente se for homem, se estiver de terno é logo convidado para o púlpito. O que mais tem na Assembleia de Deus é preto. Muitos pastores são pretos! (LAURA, 2008 apud SANTOS, 2012a, p. 49).

Lá mesmo em Catú tinha muitos pastores negros e aqui na nossa igreja tem um presbítero negro, ele não é bonito não, mas é muito educado. Ele é muito fino, todo mundo gosta dele, mas ele é negro (MARTA, 2008 apud SANTOS, 2012a, p. 50).

Assim se configurou a sociedade brasileira, a partir da crença no Mito da Democracia Racial que afirma o Brasil enquanto espaço livre de preconceito, onde todos os grupos étnico-raciais convivem em harmonia, pois somos legitimamente mestiços e afirmar o preconceito seria uma contradição. No entanto, sabemos que não é bem assim e que, assim como as escolas, a mídia, os espaços públicos e as instituições públicas, as igrejas evangélicas não só mantêm e reafirmam esse discurso, como também contribuem para sua reprodução quando não atentam para os problemas de preconceito presente em seu cotidiano.

Para além das observações acima, percebe-se também que boa parte das denominações cristãs propagam sua fé e estabelecem sua prática diária a partir dos ensinamentos provenientes dos cultos e das escolas dominicais. E têm nas suas publicações, brochuras e na própria bíblia, os ensinamentos que competem a construção de sua mundividência. Como não é de se esperar, ainda é muito pouca a representação do negro nas produções impressas das igrejas e, quando há, os mesmos ainda ocupam espaços inferiores ao dos fiéis brancos (SANTOS, 2012b; FERREIRA, 2016).

Ainda assim, existe exceção, pois conforme os estudos de Pereira (2010, p. 96), a Igreja Metodista é a única igreja evangélica, no Brasil, que tem se interessado

e introduzido à temática negra no seu interior, a única que possui um ministério de ação afirmativa, com um “trabalho voltado para o público negro em seus mais diversos aspectos”. Nesse sentido, cabe ressaltar que atualmente já existem outras igrejas cristãs protestantes, de caráter popular e de abrangência local, preocupadas com a temática negra e/ou voltadas para a população negra, a exemplo da Igreja Negra COPATIZO, em Salvador, e a Igreja do Pinho, em Maceió.

Não obstante, como temos insistido e a aprofundaremos na seção abaixo, é histórica a insensibilidade, a omissão e o silenciamento das igrejas evangélicas brasileiras, no que diz respeito a situação marginal em que se encontra a população negra no país desde o período escravista. Apesar dos avanços que se vem tendo com as políticas de ações afirmativas, na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, o racismo, o preconceito e a discriminação racial ainda são muito comuns no cotidiano dos diferentes espaços sociais, inclusive, nas instituições de ensino.

### **3 É HISTÓRICO O SILÊNCIO E A OMISSÃO DAS IGREJAS CRISTÃS BRASILEIRAS ACERCA DAS QUESTÕES DOS NEGROS NO PAÍS**

As igrejas cristãs, segundo Cícm (1998), tanto a católica quanto as reformadas (protestantes) envolveram-se de alguma forma no projeto mercantil dos poderes vigentes no Brasil de acordo com cada época. Essas se envolveram, prossegue o autor, no comércio triangular, iniciado no século XVI, entre Europa, África e América, que envolvia a circulação de produtos de um lugar para outro de acordo com as demandas. Isso significou o controle do Estado sobre os negócios em benefício da nação e estabelecimento de sociedades com monopólio e privilégios, evitando qualquer tipo de dependência entre países rivais.

Dessa forma, segundo o autor supracitado, a falta de responsabilidade das igrejas cristãs para com a população negra deve ser buscada no mercantilismo (CÍCM, 1998). Argumenta ainda que “o comprometimento das igrejas cristãs com a estrutura vigente e sua inautenticidade deixam a comunidade negra a mercê dos detentores dos poderes comerciais, econômicos, políticos e, porque não, culturais e religiosos” (CÍCM, 1998, p. 57). Nesse sentido, podemos dizer que ao se manterem condescendentes com a estrutura societária vigente, as igrejas cristãs protestantes contribuem para a manutenção das desigualdades étnico-raciais, assim como para a

discriminação e marginalização da população afro-brasileira e, quase sempre, se beneficiando de tais desigualdades.

Na mesma direção, a Igreja Metodista, na Carta Pastoral dos Bispos e Bispas Metodistas, intitulada de “*Racismo: Abrindo os olhos para ver e o coração para acolher*”, pondera que, no Brasil, durante o período escravista, “praticamente todas as denominações religiosas cristãs ocidentais, católicas e protestantes, não só foram omissas como também apoiaram e se beneficiaram do sistema político-econômico escravagista e desumanizante” (IGREJA Metodista, 2011, p. 09).

Estudos como os de Martins (2008), de Pereira (2010), de Silva (2011) entre outros, evidenciam que os missionários protestantes que aqui chegaram, no período escravista, não se posicionaram contra a escravidão. Os poucos que se mostravam contrários era por uma questão moral e religiosa, mas eram incapazes de fazer qualquer coisa de concreto para interferir no sistema escravista. Afirmam ainda que, na opinião desses missionários, a escravidão era um problema do governo e a igreja não tinha nada a ver com isso, já que o papel da igreja, no ponto de vista desses, era integração, conversão, regeneração e educação do negro para dentro da cultura protestante. Não estando, desta forma, preocupada com a sua emancipação.

Para Cicm (1998, p. 58):

Ao participar ativamente da colonização e, pior, da escravização, as igrejas cristãs perderam a capacidade de se enxergarem a si mesmas e de reconhecer seus limites e a dignidade de milhares de pessoas da comunidade negra e de seus direitos fundamentalmente estabelecidos pela fé em Jesus Cristo.

Ainda assim, argumenta a Igreja Metodista que diante do desafio de implantar o protestantismo numa sociedade fortemente dominada pela igreja católica, os missionários protestantes optaram por concentrar seus esforços na missão de conquistar adeptos, construir igrejas e organizar escolas (IGREJA Metodista, 2011). Evitando, desta forma, se envolver em questões políticas, principalmente no que se referia ao sistema escravista. O interesse estava, portanto, a nosso ver, voltado quase que, exclusivamente, em fincar raízes na sociedade brasileira e destituir a supremacia da igreja católica no país.

Na concepção de Martins (2008, p. 115), o modelo religioso das igrejas evangélicas que aqui chegaram, “na segunda metade do século XIX, constituiu-se uma alternativa à hegemonia católica romana nos campos da religião e da educação”. No entanto, não diferente da igreja católica, dispensavam tratamentos

diferenciados para com os seus fiéis já que o tratamento dispensado as elites era diferenciado do tratamento dispensado aos negros (livre ou escravizado). Enquanto para as elites eram fundadas escolas pensando no desenvolvimento social, intelectual, econômico e profissional, para os negros/as, a única coisa que lhes eram oferecidas era a palavra de Deus, disciplinando-os para manteres submissos ao que estava posto social, cultural, política e economicamente.

Na opinião de Alcântara (2008, p. 103):

A história da igreja evangélica no Brasil sempre favoreceu aos brancos, em detrimento de tudo que acontecia com índios e negros. A igreja protestante chegou ao solo brasileiro em plena escravidão e manteve-se omissa e conivente com as atrocidades praticadas.

Dessa forma, as igrejas de tradição protestante cristã contribuíram (e em sua grande maioria continua contribuindo) para a manutenção da hegemonia da cultura dominante, bem como para a manutenção dos privilégios dos grupos detentores do poder em detrimento dos direitos ou falta de direitos dos sujeitos pertencentes aos grupos estigmatizados – negros, indígenas, entre outros.

Branchini (2008) é taxativo ao afirmar que, apesar de ser representativa a presença de pessoas negras no interior das igrejas cristãs (católicas e evangélicas), historicamente as tradições africanas e indígenas sofrem perseguições do segmento religioso cristão. Pondera ainda que “a evangelização fundamentada na visão racista contribuiu para desqualificação da espiritualidade dos povos africanos e consequente subalternidade política, econômica e sociocultural aos colonizadores europeus” (BRANCHINI, 2008, p. 14). Ou seja, para a marginalização dos negros.

Ainda de acordo com o autor supracitado, influenciadas pelo racismo e pela teologia de origem racista que descreve o pecado e o diabo como da cor preta, as igrejas cristãs demonizaram tudo que era de origem africana e cor preta. Os símbolos e as religiões de matrizes africanas eram e ainda são concebidos como alegorias do mal e de tudo que é negativo e inferior e, por conseguinte, contrários ao cristianismo. Essas igrejas, utilizando-se de técnicas disciplinares para submissão dos/as negros/as à supremacia branca e à ordem por esta estabelecida, impuseram a sua cultura aos fiéis negros/as. Por meio de sermões e estudos bíblicos, inculcaram nos negros/as a naturalização de que as culturas e as religiões africanas e de matrizes africanas eram (são) inferiores, bem como “sacralizou os rituais cúlticos e costumes protestantes como padrão cristão” (BRANCHINI, 2008, p. 17).

Assim, nos dias atuais, as igrejas cristãs, principalmente as neopentecostais, a olhos vistos, se utilizam do discurso racista de demonização das culturas e das religiões africanas e de matrizes africanas para justificar todas as mazelas que acometem a sociedade brasileira. E, dessa forma, continuam a se beneficiar da estrutura político-econômico vigente.

Neste contexto, tanto no passado como no presente, como observa Frizotti (1998, p. 65), “se ser negro é ser vítima de maldição e idolatria, há que abandonar a própria cultura e religião, há que se tornar branco para ser libertado do mal (mas não dos castigos)”. Desse modo, desde sempre, negros/as que adentram os espaços da maioria das igrejas evangélicas veem-se obrigados/as a renunciar a sua cultura, a sua identidade e a sua estética negra, passando, assim por um processo de branqueamento e de negação de suas origens e de seus ancestrais africanos.

Alcântara e Silva (2008) chamam a atenção para o fato de que mesmo a população negra (somando negros e pardos) sendo majoritariamente superior à população branca no Brasil, as igrejas cristãs, em particular as igrejas cristãs protestantes, não têm observado a riqueza cultural da população negra e nem como esta cultura pode somar à cultura evangélica. Segundo os referidos autores, “de modo geral, a liturgia, a música e a educação das igrejas ditas evangélicas no Brasil são brancas, e o negro, para ter acesso a elas, tem que sofrer um processo de branqueamento” (ALCÂNTARA; SILVA, 2008, p. 37). Em outras palavras, é preciso assumir uma postura condizente com o pensamento da cultura hegemônica.

Cabe, contudo, destacar que até pouco tempo atrás eram poucas as exceções, a exemplo do movimento hip hop gospel, que agregava elementos da cultura negra nos seus louvores. Hoje, no entanto, no Brasil, como já sinalizado, existem algumas igrejas cristãs protestantes que incorporam nos seus cultos elementos e símbolos das culturas africanas e afro-brasileira.

Acordando com o pensamento de Alcântara e Silva (2008), Branchini (2008, p. 19) assevera que prevalece ainda no meio evangélico brasileiro o juízo de que ao se converter ao cristianismo o/a novo/a cristão deve obrigatoriamente assumir uma nova identidade, bem como novos referenciais de vida, rompendo, assim com os vínculos culturais não cristãos. No caso do/a negro/a convertido/a, com os “vínculos culturais africanos e afro-brasileiros, incluindo os atributos corporais e estéticos”. Nesse sentido, na concepção do autor citado, “as identidades étnico-racial e

religiosa estão em oposição” (BRANCHINI, 2008, p. 19), ou seja, existe um conflito entre identidade negra e religiosidade cristã. Acrescenta ainda que:

A invisibilidade histórica da configuração multirracial da igreja tem favorecido a visibilidade do protagonismo das pessoas brancas, que estão, em geral, em posições de poder; e ocultado o protagonismo dos negros metodista, os quais ficam no anonimato (BRANCHINI, 2008, p. 85).

Nesse sentido, Silva (2011, p. 90) é categórico quando diz que as igrejas cristãs brasileiras não podem mais “continuar no seu silêncio e sem reconhecer os erros do passado” no que diz respeito à escravidão. Ressalta ainda que essas precisam se arrepender e pedir desculpa ao povo negro pelos erros cometidos no passado e que tal arrependimento é apenas “um gesto simbólico” por parte das mesmas. Pedido de desculpa que, a nosso ver, significa um passo importante por parte das igrejas cristãs, em particular as igrejas evangélicas, tanto tradicionais como as pentecostais, para sair do silenciamento em que se mantém acerca das temáticas que envolvem a população negra no país.

A partir do exposto, compreendemos que os espaços educacionais, confessionais e não confessionais, constituem-se em espaços por excelência de desconstrução de visões estereotipadas, racistas e preconceituosas acerca da História e Cultura dos povos africano e dos afro-brasileiros. Como veremos na seção a seguir, há ainda uma grande resistência por parte de muitos cristãos evangélicos em lidar com as questões referentes a educação para as relações étnico-raciais, como orienta a legislação educacional vigente.

#### **4 A RESISTÊNCIA DOS CRISTÃOS PROTESTANTES EM LIDAR COM AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS**

Compreendemos, então, que sair do silenciamento significa que, enquanto instituições que promovem conhecimento, as igrejas devem integrar ao seu cotidiano de cultos e escolas dominicais, discussões que contemplem a desconstrução do discurso intolerante no que diz respeito à História e Cultura dos povos africanos e dos afro-brasileiros. Como observa Brandão (1981, p. 07), “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar”. Motivo pelo qual os espaços de fé não podem e não devem ser

omissos ou silenciarem-se diante das desigualdades étnico-raciais e dos acontecimentos históricos.

Todavia, como desconstruir anos de negação, demonização e preconceito? É fato que os sujeitos aos quais delegamos responsabilidades com as causas étnico-raciais fazem parte de uma parcela grande da sociedade que ainda vê os negros com toda carga de estereótipos e estigmas em tornos destes. Estereótipos e estigmas que passam a ser construídos desde o momento que foram sequestrados das suas terras de origem no continente africano, para cá trazidos à força e escravizados. Escravização que consistiu, sobretudo, na opressão e negação/inferiorização da sua cultura matriz.

Também é fato que essa é uma questão que vem sendo dialogada no contexto social, político e acadêmico e, enquanto sujeitos pertencentes aos espaços comuns de socialização no mundo, precisamos ampliar nossas visões de mundo em prol de uma sociedade mais igualitária, justa e consciente. A educação, acreditamos, é um dos principais caminhos para isso. O que compreendemos e aqui propomos dialogar, é que, ainda que o tema seja de fato de grande relevância para a sociedade como um todo, as igrejas cristãs ainda fazem muito pouco a respeito ou nada fazem por conta da resistência em dialogar com o “outro”, por causa da diferença negada a cultura do outro.

Tal resistência tem sido facilmente identificada nas instituições formais de educação, independentemente se confessionais ou não confessionais, sejam elas da Educação Básica ou do Ensino Superior. Nessas instituições, é comum os diálogos feitos a partir de determinados conteúdos ou disciplinas terminarem em longos e exaustivos debates, ou mesmo, os alunos retirarem-se da sala de aula para evitar o diálogo. Na condição de pesquisadores e docentes, arriscamos afirmar que a escola, assim como as instituições de Ensino Superior, a partir das Leis 10.639/03 e 11.645/08, passaram a conviver diariamente com a resistência e conflitos ideológicos gerados a partir dos posicionamentos religiosos da comunidade escolar.

A visão engessada de que a verdade está centrada em uma única profissão de fé, faz da escola um espaço de intolerância. E, ao contrário de sua proposta, no que diz respeito a promover um ensino aprendizagem dando conta de contemplar, respeitar e valorizar a diversidade, tem se revelado contrária ao não propor ou inserir

determinadas atividades a fim de não conflitar com os ensinamentos religiosos dos sujeitos presentes no espaço escolar.

O que estamos observando é que o Brasil tem se configurado como um país cada dia mais religioso, com uma forte influência e crescimento das denominações evangélicas. Dessa forma, temos cada vez mais comunidades escolares cristãs. O que isso representa? Depende do olhar e de onde se encare o problema, se for por parte da instituição escola, enfrentar essa situação vai além dos muros da escola, precisa chegar às famílias, à comunidade como um todo. É necessário romper, aos poucos, as barreiras que dificultam o diálogo entre as diferentes presenças e culturas existentes no ambiente escolar, apontando a responsabilidade de todos, mas de forma gradual, tolerante e respeitosa.

Quando nos referimos aos alunos, pais, professores e funcionários evangélicos, essa abordagem pode ser interpretada como violência simbólica ou mesmo como negação da fé desses sujeitos, em favor dos outros. Quando pensado assim, a dificuldade em lidar com a diversidade aumenta, assim, a permanência desses sujeitos na escola é uma situação também para eles de muita dor e conflito, por conta do choque entre os conhecimentos propostos pela escola e suas doutrinas de fé. Reportando-nos aos estudos de Santos (2012b), um dos seus informantes afirma que:

Meu único problema é com a sala de aula, porque o livro de História tem um determinado lugar que fala sobre os Deuses, num certo país, lá eles adoram Ratos, os ratos são deuses e ela sem querer entender: -***“Minha mãe se a Bíblia diz que agente não pode adorar, então porque tá ensinando isso na sala?”***. Então ela tá tendo uma dificuldade de aprender certas coisas, e a escola dominical ensinou que o trigo não deve se misturar com o joio, então ela diz: - ***“Minha mãe, mas se diz que agente não pode se misturar com pessoas erradas, se minha aula diz que eu não posso me misturar com o joio, eu sou o trigo!”*** (Grifo dos autores) (INFORMANTE 8, 2011 apud SANTOS, 2012b, p. 28).

O choque entre a educação do espaço de fé e a escola se dá justamente na visão estabelecida pelas igrejas ao propor aos fiéis uma diferença entre o “eu” e o “outro”. Quando, na escola dominical, a criança aprende que o joio não deve misturar-se ao trigo, dependendo da conotação em que é empregada a proposta, ela a entende como uma afirmação de superioridade cultural dela em relação ao colega, o que por sua vez gera segregação, intolerância e preconceito. Como podemos perceber, na citação acima, a mãe afirma ser difícil para a filha socializar com os colegas uma vez que eles possuem comportamentos éticos e estéticos

diferenciados. Contudo, mais a frente, Santos (2012b) apresenta outra fala que mostra que para as famílias a escola deve fazer parte da vida do sujeito, pois, do ponto de vista do informante:

Para ter uma formação para o mundo no mercado de trabalho não depende só da igreja e da família. Depende mais da escola, por que se a pessoa não aprender a ler e escrever, ter uma formação para falar melhor, então ele não vai ter formação para o mercado de trabalho. Já na igreja não, se agente tiver na igreja o tempo todo... da igreja pra casa, da igreja pra casa, ele nunca vai crescer. Até na igreja mesmo ele precisa de ter a escola. Eu mesmo aprendi a ler e escrever em casa, mas se eu não continuasse estudando, não ia ser cobrador de ônibus. É preciso de matemática de português. Na igreja você vai só aprender a Bíblia o que Deus quer de nós espiritualmente. Por que o problema é esse a escola ensina a parte material, a igreja o espiritual e a casa (Grifo dos autores) (INFORMANTE 8, 2011 apud SANTOS, 2012b, p. 98).

Então, ela, a escola, nesses casos, torna-se um mal necessário, afinal é preciso estudar, o mundo do trabalho é o mundo do conhecimento (SANTOS, 2012b). Assim, o fato dos pastores hoje “já compreenderem” a importância dos seus fiéis adentrarem os espaços de Ensino Superior, não quer dizer que aceitem a escola como um todo. É preciso considerar que tal compreensão se limita apenas a refletir a formação como uma necessidade de inclusão do fiel no mundo do trabalho, pois uma vez essa formação vá de encontro a seus pressupostos teológicos, a mesma passa a ser questionada e, na compreensão de uma sociedade democrática, reivindicada a sua posição divergente como válida. É preciso, portanto, a compreensão de que as igrejas, enquanto espaços de educação, podem contribuir para refletirmos e construirmos uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, podemos perceber que, desde a sua implantação no Brasil, as igrejas de tradição cristã protestante têm se mostrado insensíveis, omissas e silenciosas no que se refere ao lugar marginal que a população negra ocupa na sociedade brasileira. Em sua maioria, coniventes com a estrutura social, política, econômica e cultural vigente, o que dificulta a ascensão socioeconômica dos sujeitos pertencentes aos grupos historicamente estigmatizados, a exemplo dos afro-brasileiros e dos povos indígenas.

Podemos perceber ainda que as igrejas cristãs, por meio do seu discurso preconceituoso e segregacionista, no que diz respeito às diferenças, que demoniza tudo que se refere à cultura e vivências religiosas de matrizes africanas, contribuem

expressivamente para a manutenção do racismo, bem como para o aumento do preconceito e discriminação racial, religiosa, sexual, etc. Isso tem ocorrido, pois, os espaços de fé se constituem em espaços de construção de saberes e não de desconstrução. Se os espaços de fé fossem um lugar de desconstrução dos saberes hegemonicamente construídos e segregacionistas, provavelmente, as discussões já teriam avançado, permitindo que os discursos fossem outros.

Tomaz Tadeu da Silva (2014) afirma que o que me faz ser “eu” é que eu não sou o “outro”, e que não é possível discutirmos identidade sem considerarmos a diferença. Mas, a diferença precisa ser trabalhada como positiva, afinal, como dizer que o joio e o trigo não se misturam por conta de suas diferenças, mas que podem e devem conviver, ainda que em situações diversas, ocupando outros espaços, dialogando com ideias contrárias? Dessa forma, a importância de refletirmos sobre nossa responsabilidade, enquanto humanos em lidarmos com os nossos iguais humanos, ainda que culturalmente diferentes. Afinal, somos sujeitos dotados de identidades múltiplas, mas convivemos em espaços comuns.

Assim, é preciso compreender que as políticas de reparação, e no caso das Leis aqui citadas, não fazem “assepsia” de seus contemplados, uma vez que ser negro é sofrer preconceito independente de religião. Dessa maneira, precisamos inferir que tais políticas se valem de uma proposta de agregar a atenção a todos aqueles que foram historicamente estigmatizados por conta de sua descendência étnico-racial sem que se valha de qualquer prática de segregação que venha a causar novos conflitos.

## RELIGION AND EDUCATION: CHRISTIAN CHURCHES' POSITIONING RELATED TO QUESTIONS FROM BLACK PEOPLE IN BRAZIL

### **Abstract:**

This article aims to provide a theoretical-critical analysis of Protestant Christian Churches' position in relation to the black people's issues in the country and how schools can contribute to the deconstruction of a racist society. It starts from the premise that these churches have been silent about the marginal place which the black population occupies in the Brazilian society ever since the slave period. And also, that dealing with African history and culture in the school's curriculum and everyday life has been increasingly difficult due to the problematic religious issue in the educational space.

**Keywords:** Evangelical Church. Black people. Omission. Silencing. Education.

## RELIGIÓN Y EDUCACIÓN: EL POSICIONAMIENTO DE LAS IGLESIAS CRISTIANAS EN RELACIÓN CON LAS CUESTIONES DE LOS NEGROS EN BRASIL

### **Resumen:**

El presente artículo tiene como objetivo tejer un análisis teórico-crítico acerca del posicionamiento de las Iglesias Cristianas protestantes en relación a las cuestiones del negro en el país y cómo la escuela puede contribuir con la deconstrucción de una sociedad racista. Se parte de la premisa de que esas iglesias se han mostrado omisas y silenciosas en lo que se refiere al lugar marginal que la población negra ocupa en la sociedad brasileña desde el período esclavista. Y, también, que lidiar con la historia y cultura africana, en el currículo y cotidiano escolar, ha sido cada vez más difícil debido a la problemática cuestión religiosa presente en el espacio educativo.

**Palabras clave:** Iglesias Evangélicas. Negro. Omisión. Silenciamiento. Educación.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Cláudia Sales. Implementando as políticas de ações afirmativas no Espaço Evangélico: o início de um diálogo. **Identidade**, v. 16, n. 1, p. 72-93, jan./jun, 2011.

\_\_\_\_\_. Fé, expressão e cultura: por um resgate da negritude na liturgia evangélica. **Padê**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 96-117, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_; SILVA, Geraldo Magela de Oliveira. Educação protestante e cultura afro-descendente: uma relação conturbada. **Protestantismo em Revista**. v. 17, p. 37-56, set./dez. de 2008.

BRANCHINI, Diná da Silva. **Religião e identidade**: um estudo sobre negros metodistas da região metropolitana de São Paulo. 2008, 212f. Dissertação (Mestrado) Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, SP, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CICM, Phambu Ngumba. Comprometimento com a estrutura vigente e inautenticidade: a dívida das igrejas cristãs para com a comunidade negra. In SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de (Org.). **Uma dívida, muitas dívidas**: os afro-brasileiros querem receber. São Paulo: Atabaque: Cultura Negra e Teologia, 1998. p. 47-62.

DREHER, Martin N. **A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial**. Coleção História da Graça, volume 4, 3. ed. São Leopoldo – RS: Sinodal, 1999.

FERREIRA, Eva Maria dos Santos. **Educando para as Relações Étnico-Raciais nas Escolas Bíblicas Dominicais Assembleianas**. 2016 Monografia (Graduação em Pedagogia). Faculdade Mauricio de Nassau. Lauro de Freitas, 2016.

FRIZOTTI, Heitor. A dívida com fé e a religião do povo negro. In SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de (Org.). **Uma dívida, muitas dívidas**: os afro-brasileiros querem receber. São Paulo: Atabaque: Cultura Negra e Teologia, 1998. p. 63-76.

IGREJA Metodista. **Racismo**: Abrindo os olhos para ver e o coração para acolher. Carta Pastoral dos Bispos e Bispa Metodistas. 2011.

CARVALHO, Marcone Bezerra (Org.) **Protestantismo e História**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2013.

MARTINS, Luiz Cândido. **A relação entre protestantismo e sociedade brasileira no final do século XIX frente aos temas da educação e escravidão**. 2008, 147 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba. 2008.

OLIVEIRA, Marcos Davi de. **A Religião mais negra do Brasil**. São Paulo: Mundo Cristão, 2004.

PEREIRA, Cristina Kelly da Silva. Religião e negritude: discursos e práticas no Protestantismo e nos Movimentos Pentecostais. **Revista Eletrônica Correlatio**, n. 18, p. 95-113, Dez. 2010.

SANSONE, Livio. **Negritude sem Etnicidade**. Salvador: Pallas, 2003.

SANTOS, Deyse Luciano de Jesus. **“Tá repreendido em nome de Jesus”**: Religião, identidade e conflito com a implementação da Lei 10.639. Curitiba: Appris, 2012a.

\_\_\_\_\_. **A Palavra e a Escola**: Negociação e conflito no trabalho com a Lei 10.639/03. 2012, 14f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador, 2012b.

SILVA, Hernani Francisco. **O protestantismo e a escravidão no Brasil**: As igrejas históricas devem pedir perdão ao povo negro? São Paulo: Negritude Cristã, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

**Artigo:**

Recebido em 22 de Outubro de 2016.

Aceito em 04 de Julho de 2017.